



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Pagliosa Corona, Hieda Maria; Maristela Silva, Lenir

O global e o local: as empresas reflorestadoras e a comunidade cabocla de Postinho na Região
Metropolitana de Curitiba

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 9-20

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325337002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O global e o local: as empresas reflorestadoras e a comunidade cabocla de Postinho na Região Metropolitana de Curitiba

Hieda Maria Pagliosa Corona^{1*} e Lenir Maristela Silva²

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Av. Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Rebouças, Curitiba, Paraná, Brasil.

²Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: pagliosa@utfpr.edu.br

RESUMO. O objetivo do presente artigo é analisar o processo de mudança, vivenciado pelos agricultores familiares da comunidade de Postinho, localizada no município de Tijucas do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Estado do Paraná, a partir da instalação de grandes empresas de reflorestamento (pinus e eucalipto) no entorno da comunidade. Tais transformações foram constatadas durante as três etapas de pesquisa interdisciplinar (entrevista com lideranças e instituições; entrevista dirigida com 32 famílias; entrevista aberta com sete famílias), realizada durante a construção da tese defendida em 2006, junto ao Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da UFPR. Tais constatações serviram de ponto de partida para a análise esboçada neste artigo, o qual foi construído a partir de uma (re)interpretação sobre o processo vivenciado pelos agricultores de Postinho, a partir do olhar da sociologia e da botânica. O desafio do presente artigo é entender em que medida uma comunidade cabocla, alicerçada num modo de vida tradicional, defronta-se com as pressões, limitações e oportunidades que interferem nas possibilidades de sua permanência enquanto formato social, que mantém “particularidades” e “globalidades” em jogo. As inquietações que movem as pesquisadoras referem-se a entender em que medida as demandas do campo ambiental e do mercado globalizado da madeira penetram as estratégias dos agricultores familiares tradicionais e (re)significam aspectos da tradição sem alterar substancialmente sua situação de vida (RAYNAUT et al., 2002), o que coloca, em certa medida, em risco suas possibilidades de reprodução social.

Palavras-chave: agricultura familiar, comunidade, reflorestamento.

ABSTRACT. The global and the local: reforestation companies and the ‘cabocla’ community of postinho in the Curitiba metropolitan area, Paraná State. The aim of the present article is to analyze the process of change experienced by family farmers of the community of Postinho, located in the city of Tijucas do Sul, in the Curitiba Metropolitan Area (RMC), Paraná State, since the settlement of big reforestation companies (pine and eucalyptus) in the community surroundings. Such transformations were evidenced during the three stages of interdisciplinary research (interview with leaderships and institutions; directed interview with thirty-two families; open interview with seven families), performed during the elaboration of the thesis presented in 2006, at the Doctorate Course in Environment and Development at UFPR. Such evidences were the starting point for the analysis outlined in this article, which was built from a (re)interpretation of the process lived by the farmers of Postinho, from the view of sociology and botany. The challenge of the current article is to understand what a ‘cabocla’ community, based on a traditional way of life, faces with the pressures, limitations and opportunities that interfere in the possibilities of its permanence as a social format that maintains particularities and global characteristics in question. The inquietudes that move the researchers refer to understanding how the demands of the environmental field and of the globalized lumber market penetrate the traditional familiar farmers’ strategies and (re)signify aspects of tradition without substantially altering their situation of life (RAYNAUT et al., 2002), which puts at risk, in a certain way, their possibilities of social reproduction.

Key words: family agriculture, community, reforestation.

Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar o processo de mudança, vivenciado pelos agricultores familiares da comunidade de Postinho, localizada no município de Tijucas do Sul, na Região

Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná (RMC), a partir da instalação de grandes empresas de reflorestamento (pinus e eucalipto) no entorno da comunidade. Tais transformações foram constatadas durante as três etapas de pesquisa interdisciplinar

(entrevista com lideranças e instituições; entrevista dirigida com 32 famílias; entrevista aberta com sete famílias), realizada durante a construção da tese (...)

Tais constatações serviram de ponto de partida para a análise esboçada neste artigo, o qual foi construído a partir de uma (re)interpretação sobre o processo vivenciado pelos agricultores de Postinho, a partir do olhar da sociologia e da botânica. A interdisciplinaridade como possibilidade da pesquisa, que leva em conta a complexidade que envolve a vida comunitária, passa a ser efetivada, observando-se as relações entre sociedade e natureza, “no espaço onde nenhuma compreensão é possível sem o apelo simultâneo das propriedades dos dois sistemas” (ZANONI et al., 2002).

Como relata Morin (1998, p. 163), é preciso observar que “ao circunscrever o campo de estudo e respeitar sua singularidade irreduzível”, o estudo de comunidade permite entendê-las “ao mesmo tempo, como em todo o sistema complexo, que o local contém de certo modo o todo em que se inscreve”. Cabe ao investigador, aponta Morin, encarregar-se da difícil e complexa tarefa de dar conta dessa relação entre o local e o todo, sem os afogar ou dissolver um no outro. O desafio do presente artigo vem nesse sentido, ou seja, em que medida uma comunidade cabocla, alicerçada num modo de vida tradicional, defronta-se com as pressões, limitações e oportunidades que interferem nas possibilidades de sua permanência enquanto formato social, que mantém “particularidades” e “globalidades” em jogo.

Isso porque a agenda ambiental vem se definindo por algumas grandes questões, entre elas, a preservação dos recursos hídricos e dos remanescentes florestais e campestres, bem como, a produção “correta” de árvores e plantas voltadas para a indústria da madeira e dos biocombustíveis. No centro dessa agenda estão os agricultores, no caso estudado, pequenos agricultores familiares. A agenda em questão tem dimensão global, que vem se manifestando na comunidade pela presença de grandes grupos econômicos com investimentos em reflorestamento (Comfloresta – Grupo Brascan do Brasil, subsidiária da Brookfield Asset Management Inc.; Battistella – MOBASA), basicamente de pinus e eucalipto, e da forte presença da fiscalização ambiental.

A dimensão local se manifesta em estratégias que vão desde ações vinculadas à produção e relações de trabalho tradicionais até o reflorestamento de pequenas áreas no interior dos já pequenos estabelecimentos familiares (16 estabelecimentos entre 10 e 20 ha; 13 têm menos que 10 ha e três, entre 20 e 40 ha) como projeto para o futuro dos filhos. Nessa dinâmica, revelam-se tanto estratégias de conservação/proteção ambiental como as de

degradação, dependendo das necessidades das famílias e da reprodução dos estabelecimentos familiares, bem como, das relações com as empresas reflorestadoras e da assistência técnica (no caso as fumageiras que incentivam a cultura do eucalipto destinada à secagem do fumo).

Vale lembrar que, no caso brasileiro, o esgotamento do ciclo predatório de nativas em meados do século XX promoveu a entrada (em 1936 pelo Instituto Florestal de São Paulo) de espécies exóticas, principalmente de pinus, eucalipto e acácia (WAGNER; DUCATI, 2005). No entanto, nos últimos 30 anos e mais acentuadamente na última década, o cultivo dessas espécies (pinus e eucalipto) se intensificou. No âmbito ambiental pouca atenção foi dada ao fato de que a espécie que é nativa coevoluiu com as outras de dado ecossistema, originando uma competição “mais leal”, gradativa, em que as mutações genéticas ocorrem lenta e paralelamente. Já uma espécie exótica, por não ter coevoluído com as nativas, pode promover alterações fisionômicas dos ecossistemas, levando as populações nativas à perda de espaço e ao declínio genético.

Nessas condições, observa-se que as vantagens econômicas da “monocultura” resultam da ótima adaptação dessas espécies às condições edafoclimáticas brasileiras (rápido crescimento, alta produtividade, ótimas características estruturais da madeira), quando levados em conta os fins a que são destinadas: papel, celulose, madeira sólida etc. O incremento da produção, segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, ocorre porque o Brasil não tem produzido madeira suficiente para atender à demanda florestal. Observando as vantagens econômicas desses cultivos, perde-se de vista que, no caso do pinus, já são constatadas alterações, tanto nas propriedades do solo, como na composição de comunidades de plantas, pássaros e invertebrados (MATTHEWS, 2005).

Essa dinâmica coloca em risco as condições de reprodução tanto no âmbito ecológico como social, na medida em que interfere no equilíbrio (dinâmico) das estruturas de fauna e flora e nas relações das comunidades com seu ambiente próximo e cotidiano (JOLLIVET, 1997). Deste modo, as inquietações que movem as pesquisadoras referem-se a entender em que medida as demandas do campo ambiental e do mercado globalizado penetram as estratégias dos agricultores familiares mais tradicionais e (re)significam aspectos da tradição sem alterar substancialmente sua situação de vida (RAYNAUT, et al., 2002) e colocando, em certa medida, em risco suas possibilidades de reprodução social na relação com o seu ambiente próximo e cotidiano.

Para dar conta das reflexões propostas, o presente artigo foi organizado da seguinte forma: no primeiro subtítulo, serão apresentadas as reflexões teóricas e metodológicas que embasam as análises realizadas; no segundo subtítulo, serão apresentadas a comunidade de Postinho e sua dinâmica social, econômica e ambiental na relação com as grandes reflorestadoras de pinus, bem como, a questão do mercado global da madeira, papel e celulose e suas implicações para a agricultura familiar; por último, serão apresentadas algumas notas finais com o propósito de suscitar novas investigações sobre a problemática da relação entre reflorestamento com exóticas e a agricultura familiar, situada na comunidade de Postinho, localizada no entorno da Serra do Mar, Estado do Paraná.

Notas teóricas e metodológicas

As reflexões que orientam a construção da problemática de investigação e da análise, das quais o presente artigo é resultado, estão focadas na busca em estabelecer diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, por entender que tratar da relação entre sociedade e natureza remete ao diálogo entre as Ciências da Natureza e da Sociedade. Isso pressupõe superar a visão limitada do especialista disciplinar para buscar compreender as inter-relações entre as esferas da sociedade e da natureza. Deste modo, a interdisciplinaridade tanto ocupou papel relevante no grupo do doutorado que realizou a pesquisa e as reflexões sobre o rural metropolitano (que resultou em cinco teses), como no esforço empreendido no presente artigo. A interdisciplinaridade como possibilidade da pesquisa, que leva em conta a complexidade que envolve a vida comunitária, passa a ser efetivada, observando-se as relações entre sociedade e natureza, “no espaço onde nenhuma compreensão é possível sem o apelo simultâneo das propriedades dos dois sistemas” (RAYNAUT et al., 2002, p. 14).

A temática ambiental remete a pensar na integração entre sociedade e natureza, pois somente pode ser compreendida, observando-se “o ser humano, individualmente ou coletivamente, como ocupante e utilizador de um espaço e do conjunto de objetos e seres bióticos e abióticos que abarca. O que a palavra meio ambiente designa é o mundo físico e biótico encarado nas suas relações com o homem” (RAYNAUT, 2004, p. 27). É, portanto, tratar o ser humano como parte integrante do meio ambiente, do qual ele é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto, ator e produto. No entanto, ambiente é uma noção multicêntrica quando observadas as várias perspectivas dos especialistas, pois há diferentes escalas de espaço e tempo (local – global; instante –

tempo geológico; molécula – ecossistema) e movimenta enorme diversidade de níveis de organização, os quais se diferenciam na medida em que surgem novas propriedades que não existiam no nível inferior (floresta não é a justaposição das árvores, comunidade não é soma de indivíduos). Assim, analisar uma realidade complexa significa a mobilização de “várias disciplinas atuando em vários níveis de apreensão e utilizando diversos instrumentos teóricos e conceituais” (RAYNAUT, 2004, p. 27).

Da mesma forma, não é possível pensar nas questões de sociedade sem levar em conta a questão ambiental. A tendência antropocentrista dos modelos de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e no produtivismo, como meio para o desenvolvimento social, não se sustenta frente à atual crise socioambiental. Como afirmam Durán e Pérez (2000, p. 13), o modelo antropocentrista coloca o ser humano como sujeito central da ordem natural, segundo a ideia de controle da natureza com base nas conquistas da ciência e da técnica moderna. Essa lógica se afirmou em um tipo de racionalidade instrumental em que os fins – crescimento econômico para atender às necessidades humanas – justificam os meios – uso ilimitado dos recursos naturais. Deste processo emergem as constatações da atual crise socioambiental, a qual pode ser identificada nos chamados “efeitos inesperados”, tais como: a desertificação de áreas antes produtivas; o aquecimento global e a diminuição da camada de ozônio; a perda da biodiversidade; o balanço energético negativo; a distribuição desigual dos proveitos e rejeitos; a (in)segurança alimentar; o aumento da exclusão social na cidade e no campo; a persistência do problema (crônico) da fome no mundo e a perda da diversidade cultural.

Para Beck, trata-se de uma sociedade de risco, “porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial”. Ela surge “na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças” (BECK, 1997, p. 16), efeitos que levam à autoconfrontação (reflexividade) e que chegam a destruir, segundo o autor, as bases da sociedade industrial.

Sendo assim, relata Leff, a interdisciplinaridade permite enfrentar o debate sobre a problemática do ambiente e da sociedade, pois não é possível pensar a natureza desvinculada da sociedade já que “o potencial ambiental de uma região não está determinado tão somente por sua estrutura

ecossistêmica, mas pelos processos produtivos que nela desenvolvem diferentes formações socioeconômicas” (LEFF, 2002, p. 78). O uso dos recursos depende dos valores e significados que as comunidades dão aos recursos disponíveis; depende da lógica socialmente construída que se revela nas práticas produtivas; depende, ainda, da capacidade em assimilar os conhecimentos científicos e técnicos da modernidade. Ou seja, somente é possível compreender a problemática ambiental e da sociedade observando os vários processos que, sendo convergentes, geram uma complexidade que requer a articulação entre teorias e conceitos das ciências e a integração de saberes de diferentes disciplinas.

Como afirma Goldblatt (1996), para se compreender a relação entre as ações humanas e a natureza é preciso analisar os ecossistemas específicos, pois não é possível falar de uma natureza indiferenciada. É preciso, também, identificar as necessidades que os seres humanos têm de seus ambientes, pois assim será possível “compreender as razões por que as sociedades transformam o mundo natural, quais os aspectos do ambiente que estas transformam e de que maneira o fazem” (GOLDBLATT, 1996, p. 46). Afinal, apesar de a natureza se reproduzir independente dos homens, ou seja, a partir da complexa relação entre os ciclos biológicos de cada ecossistema em interação com o meio (equilíbrio dinâmico), não é possível compreendê-la, desde os primórdios da civilização humana, desvinculada das ações das pessoas.

Nessa perspectiva, a opção pelo estudo de uma comunidade revela-se como uma das estratégias metodológicas que possibilita compreender mais detalhadamente as relações entre a sociedade e o ambiente, entre o local e o global. Como diz Morin (1994, p. 25), referindo-se a Pascal, “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes”. Assim, a opção pelo estudo de uma comunidade permite, como ensina Morin (1998, p. 163), compreender que essa opção não deve, em absoluto, circunscrever o campo de estudo e respeitar sua singularidade irredutível; mas deve compreender que, como em todo o sistema complexo, o local contém de certo modo o todo em que se inscreve. Por isso, o investigador está encarregado da difícil, temível e complexa tarefa de dar conta desses dois caracteres sem os afogar/dissolver um no outro. O mesmo autor afirma que uma comunidade é

[um] território trabalhado pela história, uma sociedade tributária do espaço [...] é um organismo que dispõe de uma politéia, ou seja, de instituições e de vida pública. Classes sociais que compõem a

sociedade. Nela estão em ação energias sociais. Nela se enraízam, e se desenvolvem, e estão em jogo, vidas. Uma comuna é uma unidade complexa. Mas é ao mesmo tempo uma célula num grande corpo social. Estes dois caracteres são indissociáveis (MORIN, 1998, p. 170).

Nesse sentido, entender a complexidade das relações entre os indivíduos, grupos e classes sociais, bem como das relações entre o espaço (ambiente) e as estratégias historicamente estabelecidas pelos agricultores de Postinho, requer identificar que há complexidade de situações de vida, que se revelam em diferentes estratégias dos atores sociais. Estratégias que estão em e na relação com as condições sociais, políticas, culturais e ambientais nas quais se realizam tais ações. Segundo Raynaut e Damasceno (2002), o conceito de situação de vida

[a]barca as exigências, as restrições e as potencialidades materiais, sociais e culturais (ambiente, condições e quadro de vida) que compõem o contexto ao qual um indivíduo, uma família, uma comunidade acham-se submetidos. Mas, ao mesmo tempo, contém implícita a idéia de mudança ou de espaço para a ação social, na medida em que articula a este dado, conjunto de elementos, as estratégias que os atores sociais desenvolvem para recompor este contexto, interpretando-o e combinando seus elementos conforme seus objetivos – estes últimos sendo, por sua vez, mais ou menos norteados pelos seus projetos de vida (RAYNAUT; DAMASCENO, 2002, p. 32).

Sendo assim, a opção em compreender a situação de vida dos agricultores da comunidade de Postinho requer levar em conta tanto a complexidade entre o local e o global, observando em que medida as demandas do campo ambiental, expressas nas leis ambientais e no “incentivo” aos reflorestamentos como meio de “proteger” as florestas e matas nativas e atender ao mercado global de madeira, celulose e papel, incidem sobre a dinâmica da comunidade, das estratégias de ação dos agricultores no contexto da situação de vida a que estes se encontram condicionados. Situação de vida, é bom lembrar, entendida como a dinâmica entre as exigências, restrições e oportunidades materiais (que inclui o ambiente), sociais e culturais, que compõem o contexto, mas que não é fixa, está em constante mudança.

A comunidade de Postinho e sua relação com as empresas reflorestadoras

Em linhas gerais, a comunidade de Postinho está localizada a 35 km da sede do município de Tijucas do Sul e cerca de 110 km de Curitiba. Há predominância de relevo muito acidentado pela sua localização na borda da Serra do Mar e, em seu

entorno, encontram-se grandes empresas de reflorestamento (basicamente de pinus) que ocupam grandes extensões de terra e empregam número significativo de moradores de Postinho. As duas principais empresas são: a Comfloresta – Grupo Brascan do Brasil, subsidiária da Brookfield Asset Management Inc.¹ e a Battistella – MOBASA e ambas se estabeleceram no entorno da comunidade por volta de 20 a 30 anos.

Residem na comunidade aproximadamente 140 famílias, 100 delas residem nas vias públicas mais movimentadas e com maior fluxo de meios transportes, em função de dependerem diretamente do emprego nas empresas de reflorestamento. Essas famílias, em geral “vindouras” ou de fora da comunidade original, ocupam pequenos lotes de terra com suas moradias e pequenas hortas. Em torno de 40 famílias podem ser identificadas como agricultoras, porque possuem e cultivam a terra. Relatam os agricultores que pelo menos um membro de cada família agricultora “vai para os pinus”, ou seja, são empregados das empresas reflorestadoras, o que os define como famílias pluriativas (agricultura e assalariamento externo ao estabelecimento familiar).

A origem étnica dos pais de 30 casais (das 32 famílias entrevistadas) é de brasileiros, identificados por eles como caboclos, sendo que praticamente todas descendem dos pioneiros que ocuparam a região há mais de 120 anos. Destaca-se o fato de que, durante as entrevistas, quando perguntados sobre a origem étnica dos pais, era comum o uso de expressões como “nóis somo sem orige” ou “aqui tudo é duma cor só”. De certo modo, tais expressões traduzem uma autoimagem depreciativa, o que pode estar amparada num preconceito pela cultura cabocla², identificado em várias pesquisas³, que se reflete na subjetividade da população local. O isolamento físico/social possibilitou a permanência de vários elementos da cultura cabocla e são historicamente recentes (em torno de 15 a 20 anos)

as mudanças mais expressivas que vêm ocorrendo na vida das famílias. Em Postinho, o *ethos* caboclo se manifesta nas tradições, na posse e uso da terra, no modo de trabalho/produção e na sociabilidade.

Predomina nessa comunidade uma agricultura de base familiar, a qual ocupa pequenas extensões de terra, baseada no sistema milho/feijão (sistema tradicional da região), voltado para a subsistência, associado, em algumas propriedades, com a produção do fumo integrada às grandes empresas fumageiras. A tecnologia mais utilizada é de base camponesa, com predomínio do arado de tração animal e equipamentos manuais (enxada, foice etc).

É considerada, pelo poder público, como uma comunidade empobrecida, com muitas famílias vivendo em precárias condições de vida. Exemplo disso, é que as políticas públicas que mais chegam a essa comunidade são de cunho assistencial, principalmente as destinadas às famílias que trabalham para as grandes empresas de reflorestamento, pois, segundo informações da Emater e Prefeitura Municipal, em torno de 50% das famílias residentes receberam cestas básicas (na gestão de 2000 a 2004). A prefeitura priorizava políticas de educação, saúde e de infraestrutura (estradas). Tais informações são confirmadas pelos dados da pesquisa de campo (2005), pois, das 32 famílias agricultoras entrevistadas, cinco recebiam o Bolsa-Escola, quatro, o Bolsa-Família, três, outros benefícios, uma recebia cesta básica e uma, o Bolsa PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Como nenhuma família acessava a mais de um benefício, conclui-se que 14 dos 32 entrevistados recebiam algum tipo de assistência social, ou seja, quase a metade dos agricultores familiares.

A comunidade de Postinho ilustra o rural da precariedade que existe na RMC. Um rural que não foi integrado à dinâmica da metrópole porque não esteve ligado desde o princípio à lógica de constituição das regiões metropolitanas⁴ - o município de Tijucas do Sul foi incorporado por Lei Estadual apenas em 1994. Este município tem sua economia baseada no setor primário, com grandes áreas de silvicultura dominadas por grandes empresas do ramo (Battistella, com 1500 alq; Comfloresta, com 3000 alq; Panagro, com 2000 alq – segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tijucas e Emater) e uma população rural que chega a 84,9% da população

¹ Brookfield Asset Management é uma gestora global de ativos, hoje com US\$ 90 bilhões, e é listada nas bolsas NYSE, TSX e Euronext Amsterdam. Sua subsidiária brasileira administra R\$14 bilhões, atuando nos setores: imobiliário, energia renovável (hidroelétricas), agropecuária e florestal. Recentemente a Brascan do Brasil passou a assumir o nome da matriz e passou a se chamar Brookfield. Na área florestal opera com a empresa Comfloresta Cia. Catarinense de Empreendimentos Florestais, sediada em Joinville/SC, fundada em 1971, tendo hoje “71 mil hectares de floresta de pinus e eucalipto e reservas de preservação ambiental” (Disponível em: <www.brookfieldbr.com.br> e <www.comfloresta.com.br>. Acesso em: 20 nov. 2009).

² Cazela (2003, p. 31) diz que na região de São José do Cerrito/SC, o vocábulo “caboclo” assumiu “conotação depreciativa no imaginário da maior parte dos habitantes, porque ele expressa uma condição de inferioridade, sendo preterido em favor do termo brasileiro”. Isso fez com que a população dessa comunidade assumisse a identidade genérica de “somos todos brasileiros”.

³ Gelhen (1998, p. 61) (citando Vainer e Azevedo p. 5), diz que as elites brasileiras pensavam que os caboclos ou os chamados “elemento nacional não tinha[m] as condições adequadas à plena realização do projeto nacional [...] e do progresso econômico do Brasil”, pois tinham hábitos semelhantes com os dos indígenas, sem disciplina e regularidade no trabalho, o que acabou excluindo-os dos projetos de colonização.

⁴ Lei complementar nº 14 de 8/6/1973 e nº 20 de 1/7/1974: “região metropolitana é um agregado de municípios limítrofes, caracterizados por forte fluxo demográfico, uma estrutura ocupacional com acentuada predominância dos setores secundários e terciários e um sistema de interligação que se traduz pelo movimento constante de pessoas entre as unidades que o compõem” (IBGE, 2005).

total. Esse município mantém pouco contato com a metrópole e suas lideranças (prefeito e secretários da gestão 2001/04) manifestaram descontentamento pelo “abandono” e “isolamento” por parte das instituições da RMC e do Estado.

Uma das principais características da comunidade é que seu relativo isolamento permitiu que o sistema faxinal – criação de porcos soltos em campo livremente utilizado por todos os moradores – permanecesse até cerca de 15 anos atrás e fez com que o plantio de milho e feijão com o uso do pousio (interrupção do cultivo de áreas por um ou mais anos com a finalidade de recompor a fertilidade) e da queimada, próprios da tradição cabocla, ainda constem como práticas habituais de várias famílias. A referência sobre o sistema faxinal de origem cabocla é encontrada no trabalho de Abramoway (1981) sobre o Sudoeste paranaense, como também no trabalho de Chang (1998) sobre os faxinais dos poloneses na região Centro-sul do Paraná. Chang remonta historicamente à constituição dos faxinais naquela região, considerando o fato de que os imigrantes poloneses adaptaram suas técnicas de cultivo, adotando práticas caboclas como a queimada, o pousio (típicos nesse sistema) e a criação de gado (principalmente o suíno) solto em terras de uso coletivo.

No caso de Postinho, o sistema faxinal marca a paisagem da comunidade até hoje. A principal característica é a divisão entre “terra de morada” – onde ficava a moradia da família (e ainda fica) e “terra de criação dos animais” (suínos e cavalos) – próxima do rio e das vias de acesso à comunidade – e a “terra de planta” (lavoura) – localizada “depois do rio” e nas encostas da serra, em geral terras sem ou com cercas rudimentares (taquara). As famílias entrevistadas atribuíam a esse sistema de produção o nome de “lajonar” em função de uma planta chamada de Lajana, a qual servia como meio de impedir os animais de saírem da terra de morada e como fonte de lenha e de material de limpeza – as vassouras – utilizadas pelas famílias.

O “lajonar” sustentava-se em relações de confiança e de trabalho coletivo. Antigamente predominavam os chamados “pichirum”, que reuniam, em data marcada pelo dono da “terra de planta”, as pessoas que atendessem ao chamado para cuidar da lavoura (arar, plantar, colher). Isso ocorria em forma de rodízio e o responsável pela terra preparava comida para todos os envolvidos no pichirum – “às vezes o pai matava até dois bois pra dar de comer pra todos” e, por vezes, “pagava uns trocadinhos pros que mais precisavam” (entrevistado 21). O pichirum era mais comum na capina e na colheita do milho e do feijão, pois essas eram as culturas tradicionais voltadas para a subsistência das

famílias e dos animais. A renda monetária se restringia aos “trocadinhos” do pichirum, à venda do suíno e ao assalariamento dos homens adultos, em geral em empresas urbanas e ou agrícolas de Joinville, Estado de Santa Catarina. Era comum a “cangula” durante o pichirum, um tipo de cantoria em que cada agricultor cantava uma trova e provocava o seguinte para continuar e, no final do pichirum, havia festa ou baile para se comemorar o término dos trabalhos na lavoura. Isso significava um importante espaço das relações sociais e culturais do local. Essas estratégias de ocupação das terras, de produção, de trabalho e de lazer caracterizam o perfil sociocultural da comunidade até hoje, mesmo considerando as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos 15 a 20 anos.

As principais mudanças podem ser evidenciadas a partir do fim do sistema “lajonar”, que significou a redução dos pichirum em função, segundo vários depoimentos, das pressões da Saúde Pública, pela possível contaminação pelos resíduos animais, e do mercado pela concorrência desleal com novos núcleos de criação de suínos em propriedades maiores, as quais não conseguiam competir com os baixos preços praticados na comunidade, em função do baixo custo do seu sistema produtivo. Tais pressões resultaram na redução dos animais a um pequeno plantel, voltado mais para o consumo da família e, conseqüentemente, na diminuição das roças.

Além desses aspectos, outras duas mudanças tiveram impacto sobre a dinâmica tradicional da comunidade. A primeira alternativa produtiva que se apresentou para os camponeses foi a de se inserir como integrados das empresas de fumo, as quais entravam com o investimento, assistência técnica e comercialização garantida, aspectos fundamentais para uma comunidade cabocla “isolada” da dinâmica da metrópole (em 2005, das 32 famílias entrevistadas, nove eram produtoras de fumo). A segunda alternativa foi que a instalação das grandes reflorestadoras no entorno da comunidade (por volta de 20 anos) gerou, por um lado, oportunidades de trabalho externo ao estabelecimento e a garantia de renda monetária e, por outro, pressão sobre as terras, moradia, serviços sociais etc. Isso porque foi para a comunidade de Postinho que se dirigiram os empregados dessas empresas, fazendo com que a população de tal comunidade triplicasse. O trabalho tanto de membros das famílias agricultoras como das famílias que apenas são trabalhadoras das empresas refere-se aos serviços de plantio, limpeza, corte e transporte (feito com cavalos dos agricultores) do pinus até as estradas principais.

Normalmente, os trabalhadores são contratados pelos “gatos” (intermediários que contratam informalmente a grande maioria dos trabalhadores que prestam serviços para as grandes empresas reflorestadoras), por tarefa, sem nenhum direito trabalhista, assistência médica ou de segurança. Segundo o entrevistado 1, atualmente, apenas cinco trabalhadores de Postinho são regularmente contratados e com carteira assinada, sendo estes trabalhadores da Comfloresta. Essas informações conduzem à constatação de que a informalidade predomina na contratação dos trabalhadores de Postinho que prestam serviços às reflorestadoras, principalmente, à Comfloresta, pois é a empresa que mais se utiliza da mão-de-obra da comunidade.

Essas pressões evidenciam tanto a manutenção de aspectos tradicionais como a adaptação e mudança das famílias frente às novas demandas e oportunidades. A legalização das posses, por vezes centenárias, das famílias de Postinho está ainda em processo. Um dos complicadores é que quase todos os estabelecimentos dessa comunidade não se constituem de terras contíguas, pois a “terra de morada”, na maioria dos casos, é distante da “terra de planta”. Em geral, as famílias possuem uma casa em melhores condições na “terra de morada” e um “casebre”, ou um “paiol” ou, ainda, os “fornos do fumo”, que viram moradias nos períodos de plantio, cuidados com as plantas e colheita. Há poucos (quatro) exemplos de aluguel das “casas de morada” para os trabalhadores dos pinus, mas há muitos relatos de famílias que dividiram sua terra de morada em muitos pequenos fragmentos e os venderam para os trabalhadores das empresas reflorestadoras.

A dinâmica da posse e uso da terra em Postinho coloca em evidência vários aspectos. As afirmações dos entrevistados 11 e 18, relatadas abaixo, demonstram a presença do conflito que marca a luta dos posseiros pelo direito de propriedade da terra, muito comum na história brasileira. Depoimentos que conduzem à conclusão de que o espaço social em que transcorreu a vida dessas famílias foi marcado pela posição de subalternidade destas diante do capital econômico e político (incluindo a força) dos que praticavam a grilagem de terras. Referiam-se a esses “grileiros” de terras como pessoas importantes da cidade que queriam investir no reflorestamento do pinus, há mais ou menos 30 anos. Essas relações conflituosas geravam reações em que estavam presentes tanto a questão da honra como o medo, as quais expressam a relação desigual de poder. Está presente ainda a noção de que, pelo fato de as terras não serem de “ninguém”, as posses de fato se tornavam muito mais precárias, facilitando-se a ação da grilagem.

Que a gente nunca sabe a quantia certa de terra. O pai falava que era 50 alqueires. Mas eu acho que não dá os 50 alqueires. E daí teve, teve uma parte de invasão, de uns seis a oito alqueires [...] olha, nem quero citar o nome, mas foi de pessoas importantes de São José dos Pinhais. Advogado e coisa... Veio, cortô roças do pai e fez cerca. O pai sempre teve esperança na justiça e correu atrás da justiça [...] Esse homem veio e fez criação de gado e hoje já não tem mais, hoje já é vendido e é plantado pinus. Mas no dia que ele entrou, ele entrou com 12 pistoleiros. Foi um trabalho feio, foi invasão mesmo. Invasão de corta roças pra fazer cerca. Ele foi atrás do pai muitas vezes pra comprar, o pai dizia que não tinha dinheiro que tirasse o que o pai dele deixou, mas ele entrou invadindo (entrevistado 11).

Faz 16 anos que nós estamos aqui nessa propriedade [...] eu comprei tudo do meu irmão, não ganhei nada [...] Esse dinheiro é quando nós trabalhava pra fora, porque o meu pai já tinha terra aqui. Quando o pai entro, era mais matão aqui, daí ele tirou bastante lenha e queimou muito carvão. Ele vendia o carvão para a Tupi de Joinville. De onde nós viemos (Santa Catarina) não tem mais ninguém, zerou tudo, agora lá é só pinus [...] foi a Comfloresta que comprou [...] lá eles pagaram direitinho. Quando o pai vendeu lá os terrenos e veio pra cá, diziam que aqui antigamente os terreno não tinha dono, que os primeiro que chegaram foram pegando, e daí diz que aumentou muito e depois as empresa cercaram, mas, não sei [...] é, eu acho que tinha que reclamar, mas tem 30 e poucos anos, vai reclamar como? Há dois, três ano, era mil real o alquere, agora que subiu pra R\$ 2.000,00. Eu acho que aumentou é por causa desses títulos de terra que o governo tá dando agora e do reflorestamento, porque tem muita gente que plantou pinus aqui, valorizou né? (entrevistado 18).

Tais empresas, principalmente a Comfloresta e a Batistela, margeiam a comunidade, ocupando grandes extensões de terra. Muitos moradores venderam suas terras para as empresas de reflorestamento e perderam sua única garantia de ter um lugar, uma posição na dinâmica da agricultura familiar, desde que se tornaram trabalhadores assalariados, perdendo, consequentemente, as possibilidades de se reproduzirem com mais dignidade.

Ai, eu esqueci, mas eu trabalhei ali na Comfloresta, nem me lembro quantos mil alqueires eles têm é, é grande. Postinho era mais pequeno. Só que era pequeno, mas tinha gente que tinha aí não é dois, três alqueires, tinha 20, 30 alqueire, outros, 50, os mais antigos tinham mais ainda. E muito deles venderam pra Comfloresta. Agora acho que as empresas não compram mais, porque só ficou esse ao redor aqui, o outros já venderam tudo né? Eu acho que a Comfloresta prejudicou. Porque o povo venderam e não souberam arrumar aquilo que eles podiam fazer. Se eles vendesse e construísse alguma

coisa, né? mas quem vendeu não tem nada, ficô sem nada. Gastava tudo [...] e hoje vive trabalhandinho na lavoura, e venderam o que tinha (Mãe do entrevistado 27).

As limitações ao acesso a terra estão ligadas, em grande medida, à presença dos grandes projetos de reflorestamento das empresas que se instalaram próximas à comunidade. Tanto a aquisição de terrenos como o plantio de pinus promovido pelas empresas valorizaram o preço das terras e limitaram (e limitam) os agricultores familiares, que já estes possuem pequenas áreas obtidas pelo fracionamento da herança familiar. De certo modo, tais estratégias das empresas constituíram práticas que interferem na lógica de reprodução da agricultura familiar em Postinho, seja por terem inserido o plantio de pinus e eucalipto na lógica dos sistemas produtivos tradicionais, seja porque a região passou a atrair mais investidores em reflorestamento, aumentando a pressão sobre os recursos naturais, especialmente sobre a disponibilidade de terra.

Tem gente de fora vindo pra cá. [...] várias...têm a maior parte que compra pra plantar pinus, pra reflorestar. Oia, naquele terreno perto da estufa nossa, é gente de fora, até de Joinville, é, né? comprou lá pra, reflorestou de pinus. É só pinus por volta... (entrevistado 27).

Se o apego a terra parece ser a garantia de se ter um lugar na comunidade e na sociedade, essa garantia está ameaçada por alguns fatores, entre eles a pressão sobre o acesso e a manutenção dos estabelecimentos e da lógica familiares. Como relata o entrevistado 11, ele pode trabalhar onde for, mas tem que manter (e não vender) a terra que vai herdar do pai, a qual é a garantia de manutenção de um lugar para os filhos. Defende, assim, a manutenção da terra como a única forma de se garantir a reprodução da familiar em Postinho, mesmo quando a agricultura está reduzida à pequena produção de autoconsumo (12 das 32 famílias produzem apenas para o autoconsumo) e ao trabalho assalariado fora do estabelecimento. Mas as limitações que enfrenta a maioria das famílias agricultoras atualmente colocam em risco a efetividade dos projetos familiares.

A precariedade vivenciada na comunidade pode ser observada em vários aspectos, entre eles: a falta de políticas públicas para a agricultura que ampliem as possibilidades para além do cultivo do fumo (muito criticado por vários produtores); a falta de meios de transporte; o acesso precário à escola de 5ª à 8ª série e Ensino Médio (só no núcleo urbano); a limitação do acesso à renda monetária; a frágil relação com o mercado. As integradoras do fumo contam com o trabalho extenuante de todos os

membros da família e vêm pressionando para o plantio de eucalipto para uso como lenha na secagem do fumo, entre outros aspectos. Assim, o cultivo de exóticas como o pinus e o eucalipto, já largamente utilizado pelas grandes empresas no entorno da comunidade, encontra, na assistência técnica das empresas fumageiras, mais um estímulo, agora inserido na dinâmica da agricultura camponesa.

As limitações ao acesso a terra, principalmente quando se referem ao preço (em torno de R\$ 1.500,00 e 2.000,00 o alqueire), dão dimensão, por um lado, da precariedade das condições gerais de vida dos agricultores, por outro, demonstram a pressão pela redução ou manutenção do preço das terras num patamar baixo, para que os investimentos em projetos de reflorestamento sejam viabilizados pelas grandes, médias empresas e, inclusive, pelos pequenos produtores. Em síntese, pode-se afirmar que a pressão pelo acesso a terra contém tensa dualidade: o aumento dos preços para alguns em função dos projetos de reflorestamento – agricultores das famílias mais tradicionais de Postinho que vivem em condições de precariedade – e a manutenção dos preços baixos para viabilizar e gerar os lucros almejados pelas empresas, já que os frutos dos investimentos são a médio prazo (em torno de 15 anos).

É possível afirmar, também, que o aumento de áreas com reflorestamento no interior dos estabelecimentos familiares, além de ser decorrente das exigências das empresas fumageiras, é produto da percepção dos responsáveis pelo estabelecimento de que essa é uma estratégia de investimento no futuro da família. Isso porque eles acreditam que a renda pela venda da madeira é garantida, já que observam a prosperidade das empresas que circundam a comunidade e as bem sucedidas experiências dos agricultores. Os dados coletados demonstram que, dos 32 agricultores entrevistados, 21 tinham área com mata plantada (66%), o que não necessariamente está relacionado ao reflorestamento com o pinus e eucalipto, mas é indício concreto de que essa é uma tendência forte nessa comunidade, o que pode ser evidenciado nas entrevistas em profundidade, realizadas na última fase de campo.

Mas agora tem aumentado os pinus por causa da visão das pessoas aqui do lugar, porque a empresa começou a colher. Quando as empresa começaram a plantar, as pessoas que moravam aqui diziam assim: não adianta a gente plantar pinus aqui, porque a empresa ela planta, e daí não sobra espaço para nós vender, porque a empresa toma todo o mercado porque planta muito, daí não vai ter comércio pra nós. Mas agora eles viram que, mesmo a empresa colhendo e vendendo, tá faltando pinus e tá dando dinheiro, porque aqueles que plantaram dez pés

conseguiram vender, aqueles que plantaram 20, aqueles que plantaram 1.000, aqueles que plantaram no capãozinho porque acharam bonito, porque acharam curioso, agora venderam tudo. Achavam que não ia dar dinheiro, mas agora tão ganhando dinheiro, então eles tão plantando (entrevistado 23 de Postinho).

Eu planto, plantei pinus e eucalipto também, [...] Eu tenho quatro hectare e meio já plantado, reflorestado, porque eu preciso de lenha pra secar fumo e dá pra fazer carvão, a gente precisa de lenha, e carvão é uma coisa que vende bem também. Tenho forno de carvão sim, fica dentro da propriedade. Ah, tem vários caras que compra o carvão, são os atravessadores que compram, mas tem vários aqui... [...] isso ajuda assim na época que a gente tá meio folgado assim no fim da safra do fumo [...] é coisa pouca, só pra quebrar galho, pra aproveitar os restos de lenha, que às vezes a gente corta um pouco mais de lenha pra secar a safra. [...] eu planto fumo [...] eu, pra mim, que eu tô fazendo 16 safras, é porque eu vim pra cá em 86 (entrevistado 23).

A tendência é a opção pelo plantio de pinus e eucalipto voltado para o mercado, o qual vai muito além das fronteiras imaginadas pelos agricultores. É preciso levar em conta que o reflorestamento com fins comerciais, a partir do cultivo de espécies exóticas no Brasil, tem início com o esgotamento do ciclo predatório de nativas em meados do século XX. Tal esgotamento promoveu a entrada, em 1936, por meio do Instituto Florestal de São Paulo, de espécies exóticas, principalmente de pinus, eucalipto e acácia (WAGNER; DUCATI, 2005). No entanto, nos últimos 30 anos e, mais acentuadamente, na última década, é que o cultivo dessas espécies (pinus e eucalipto) se intensificou. Isso porque, segundo a Sociedade Brasileira de Silvicultura, o Brasil não tem produzido madeira suficiente para atender à demanda florestal e ao desenvolvimento da tecnologia de utilização da madeira do pinus vem proporcionando ganhos comparativos que estimulam a demanda pelo setor florestal. Em decorrência disso, vem aumentando o número de produtores, especialmente de pequenos e médios proprietários rurais, que buscam, junto à Embrapa, dados técnicos para manejo e viabilização do cultivo dessas espécies (SILVA; FERREIRA, 2005).

Os programas de incentivos fiscais a partir de 1966 (Lei 5.106) não proporcionaram aos pequenos agricultores brasileiros a mesma oportunidade dada aos grandes investidores, ou seja, até o início do século XXI, os monocultivos florestais envolviam grandes empreendimentos e grandes proprietários, geralmente vinculados a projetos ligados à produção de celulose de grandes empresas (NEVES et al., 2001). Mesmo não havendo políticas públicas

expressivas que favoreçam o plantio de espécies florestais exóticas em pequenas propriedades, elas começam a surgir com maior nitidez nos últimos anos. Já é comum, por exemplo, a distribuição gratuita de mudas por parte de órgãos de assistência técnica, como é o caso da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Estado do Paraná (PMPG, 2007). Além daquelas oriundas da assistência técnica privada, tratada anteriormente, principalmente das fumageiras e das empresas que beneficiam e comercializam o carvão.

Entretanto, essas iniciativas não estão sendo acompanhadas de pesquisa e de preocupações com o atendimento das demandas e necessidades da agricultura familiar. O apelo aos ganhos econômicos e a funcionalidade do cultivo para fins de atender às “necessidades” da família, como é o caso da secagem do fumo, ou da queima de carvão, podem ser questionados. Essas atividades, além de serem perigosas para a saúde humana, tanto durante o processo produtivo (fumo e carvão) como no consumo (fumo), desequilibram os ecossistemas pelo estímulo constante ao extrativismo e à monocultura. Tais questionamentos conduzem a indagações como: será que no contexto da agricultura familiar o cultivo que visa ganhos com a extração da madeira, a cada 13 ou 15 anos, é viável? Será que o cultivo de nativas não seria mais viável, porque protegeria a reprodução dos ecossistemas naturais e poder-se-ia explorar comercialmente outros recursos que não necessariamente os da madeira, como sementes para artesanato, mel etc?

Claro que os argumentos a favor do reflorestamento com espécies exóticas florestais em pequenas propriedades são fortes. Por conta da alta demanda pelos derivados da madeira, o setor florestal brasileiro tem apelo social como atividade ambientalmente adequada para a conservação dos solos, dos animais e da água. Eles argumentam que a produção dessas espécies exóticas seria uma produção sustentável de florestas, já que evitaria a exploração das espécies nativas (DOSSA, 2005). Além disso, argumentam também que solos “desnudos” ficariam protegidos com o plantio de monocultura de espécies florestais e que, conseqüentemente, resultaria em proteção dos recursos hídricos.

No entanto, esses argumentos são questionados pela lógica dos ecologistas, pois, em alguns locais onde essas espécies foram plantadas, já são constatadas alterações, tanto nas propriedades do solo e na água (em áreas de campos e savanas reduzem a vazão e baixam o lençol freático), como na composição de comunidades de plantas, pássaros e invertebrados (MATTHEWS, 2005). Nessas

condições, observa-se que as vantagens econômicas da “monocultura” resultam da ótima adaptação dessas espécies às condições edafoclimáticas brasileiras (rápido crescimento, alta produtividade, ótimas características estruturais da madeira), quando levados em conta os fins a que são destinadas: papel, celulose, madeira sólida, resina, dentre outros. Contudo, o que é bom em termos econômicos, ou seja, essa “ótima adaptação” edafoclimática dessas plantas é ruim em termos ecológicos, porque possibilita que elas ocupem espaço das espécies nativas, principalmente em áreas de campos, de cerrado, de vegetação secundária e de áreas degradadas.

As espécies de *Pinus* sp. e *Eucalyptus* sp. são consideradas invasoras biológicas no Brasil (INSTITUTO HÓRUS DE DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL/THE NATURE CONSERVANCY, 2006a e b). As espécies invasoras são a segunda maior causa da perda de biodiversidade mundial, já que essas competem com espécies nativas, ocupando o espaço dessas últimas (MATTHEWS, 2005). Mesmo quando se considera a lógica meramente econômica, ainda não se têm dados suficientes que possam garantir prosperidade aos agricultores familiares. NEVES et al. (2001), ao realizarem uma análise econômico-financeira da exploração de *Pinus Resinífero* em pequenos módulos rurais em São Paulo, no ano de 2001, identificaram uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 27,13% a.a. e concluíram que essa renda bruta por si só não poderia representar lucratividade, principalmente se o investimento não fosse de baixo custo e se a propriedade não tivesse diversificação de produção.

Apesar dos poucos estudos sobre as consequências dos plantios de exóticas florestais em pequenas propriedades, já aparecem dados que denunciam alguns problemas em atividades comuns de agricultura familiar como a produção de mel, por exemplo. A monocultura de pinus próxima ou na própria propriedade prejudica a produção de mel, pois as abelhas dependem de espécies melíferas (MAFRA; STADTLER, 2007). As espécies de pinus, como todas as coníferas, não apresentam néctar em suas flores (estróbilos). Se considerarmos que uma propriedade pequena já apresenta pouco remanescente de mata nativa, já seria parca a produção de mel, mas se no seu entorno não houver espécies melíferas, a situação será ainda pior, evidentemente.

Diante disso, fica evidente a necessidade de se ampliar estudos sobre o impacto do plantio comercial (ou não) de exóticas em áreas de agricultura familiar, pois são incipientes os trabalhos

de pesquisa com um enfoque que não perca de vista as amplas dimensões do desenvolvimento. Isso se torna ainda mais necessário quando se observa, como no caso da comunidade de Postinho, acentuada expectativa de que o pinus e o eucalipto representem uma “poupança verde” que possa garantir o futuro dos filhos. Isso porque há riscos para a reprodução social das famílias nessa comunidade, seja pela falta de políticas públicas para a agricultura, seja pelas pressões sobre o trabalho e a terra das famílias da região, entre outros aspectos. A luta pela permanência dos agricultores familiares da comunidade de Postinho coloca a necessidade de se (re)pensar as estratégias de desenvolvimento para a agricultura de base camponesa e as implicações do cultivo de espécies exóticas com fins comerciais.

Conclusão

Em síntese, pode-se afirmar que a comunidade de Postinho passou por três grandes fases de desenvolvimento: a primeira, com o sistema faxinal (ou lajanelal) ou a integração criação/milho/feijão, baseada no trabalho coletivo; a segunda, com a redução do criadouro, levando ao fim do sistema Faxinal e à entrada do cultivo de fumo e das empresas reflorestadoras no entorno da comunidade; e a terceira, a fase atual, caracterizada pela continuidade dos sistemas produtivos vinculados ao autoconsumo, ao fumo e à intensificação do reflorestamento de pinus e eucalipto. Em todo esse processo, permanecem duas estratégias familiares históricas dessa comunidade: o extrativismo (madeira e carvão) e o trabalho externo ao estabelecimento familiar.

A precariedade e um relativo “isolamento” físico e social no que se refere às demandas da metrópole podem ser verificados nas fracas relações com o mercado, com a cidade de Tijucas e muito menos com Curitiba, Estado do Paraná. No entanto, esse isolamento não se refere à impossibilidade de relações com a sociedade e com as políticas mais gerais para o rural. Muito pelo contrário, os agricultores do lugar estão indiretamente relacionados com as políticas globais, com empresas globais (madeira e fumo) e, mesmo mantendo aspectos importantes do modo de vida caboclo, estabelecem relações com as novas demandas do campo ambiental, mais especificamente pela sua inserção no reflorestamento. Os camponeses, como alertava Mendras (1978), vão perdendo gradativamente sua autonomia com a expansão da modernização no campo, muito mais ainda com a fase da globalização da economia. No entanto, isso não significa perder totalmente suas referências culturais, sociais e econômicas, principalmente quando elas ainda permitem assegurar a situação social das famílias agricultoras, mesmo quando em risco.

Assim, pode-se concluir que as transformações que a comunidade de Postinho vem vivenciando nos últimos 20 anos são significativas. No entanto, tais mudanças não permitem identificar se elas vêm contribuir com a sustentabilidade social, econômica e ambiental da comunidade. É possível constatar a existência de relativa diferenciação social e econômica entre as famílias residentes na comunidade. Os chamados “gatos”, que contratam informalmente a grande maioria dos trabalhadores que prestam serviços para as grandes empresas reflorestadoras, junto com os comerciantes e com os que lidam com o beneficiamento, transporte e comercialização do carvão encontram-se em melhores condições socioeconômicas; os agricultores familiares que plantam fumo e têm membros assalariados nas empresas se encontram em situação socioeconômica intermediária; os agricultores que vivem apenas do autoconsumo juntamente com as famílias que vivem apenas dos salários como mensalistas ou diaristas encontram-se em condições socioeconômicas mais precárias. Pode-se concluir que, em grande medida, a diferenciação na situação de vida das famílias tem sido em parte decorrente das relações, pressões, limitações e oportunidades oriundas das ações das empresas reflorestadoras e fumageiras.

Em relação às questões ambientais, principalmente no que se refere aos monocultivos florestais em propriedades de agricultura familiar, há ainda mais dúvidas do que certezas. Há riscos que precisam ser investigados, pois seria “prudente” a realização de pesquisas e análises do impacto (econômico, ambiental e social) do plantio dessas espécies florestais exóticas, antes de sua ampliação, como vimos acontecer. Será que a “poupança verde” não poderia ser de araucária combinada com outras espécies de árvores nativas, as quais poderiam ser manejadas sustentavelmente, oportunizando a extração de vários produtos diretos ou indiretos comercializáveis ou para subsistência? Essa resposta depende, em grande medida, de investimentos no aprofundamento do estudo do potencial das plantas nativas. Até porque já existem pesquisas que apontam que o cultivo de araucária pode ser tão rentável quanto o do pinus (FLORIANI, 2007).

Referências

ABRAMOWAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. 1981. 274f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; SCOTT, L. (Ed.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997. p. 128-129.

CAZELA, A. A. A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense. In: MALUF, R.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 28-43.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: Iapar, 1998.

DOSSA, D. **Pinus: importância sócio-econômica e ambiental**. Embrapa Floresta-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema de Produção 5. 2005. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinus/CultivodoPinus/11_importancia_socio_economica.htm>. Acesso em: 25 abr. 2008.

DURÁN, F. E.; PÉREZ, J. L. V. Cambios en la concepción y en los usos de la ruralidade: del antropocentrismo productivista ao ecocentrismo naturalista. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 11-28, 2000.

FLORIANI, G. S. Debulhando pinha, semeando pinhão: propostas de uso e conservação para a araucária. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007. Disponível em <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/RBA/article/view/834/830>> Acesso em: 10 mar. 2007.

GELHEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998. p. 51-70.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Lei complementar nº 14 de 8/6/1973 e nº 20 de 1/7/1974. Disponível em: <[site www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 26 jun. 2005.

INSTITUTO HÓRUS DE DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL/THE NATURE CONSERVANCY. **Eucalyptus sp**. 2005. Disponível em: <http://www.institutohorus.org.br/download/fichas/Eucalyptus_sp.htm>. Acesso em: 11 mar. 2006a.

INSTITUTO HÓRUS DE DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL/THE NATURE CONSERVANCY. **Pinus sp**. 2005. Disponível em: <http://www.institutohorus.org.br/download/fichas/Pinus_sp.htm>. Acesso em: 11 mar. 2006b.

JOLLIVET, M. **Vers um rural postindustrial: rural et environnement dans huit pays européens**. Paris: L'Harmattan, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAFRA, M. S. H.; STADTLER, H. H. C. Etnoconhecimento e conservação da biodiversidade em áreas naturais e agrícolas no Planalto Sul-catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 3., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.issbrasil.usp.br/pdfs2/maria.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2008.

- MATTHEWS, S. **América do Sul invadida**: a crescente ameaça das espécies exóticas invasoras. Argentina: GISP-Programa Global de Espécies Invasoras, 2005.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio Janeiro: Zahar, 1978.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Portugal: Europa/América, 1994. (Apartado 8).
- MORIN, E. **Sociologia**: a sociologia do microssocial ao macroplanetário. Edição revista e aumentada. Portugal: Europa/América, 1998. (Apartado 8).
- NEVES, G. A.; MARTINS, C. A.; MIYASAVA, J.; MOURA, A. F. **Análise econômico-financeira da exploração de Pinus resinífero em pequenos módulos rurais**. 2001. Monografia (Especialização em Agribusiness)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade, Sorocaba, 2001. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_694.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2008.
- PMPG-Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. **Poupança verde** – Prefeitura lança “poupança verde”. Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/3052>>. Acesso em: 4 fev. 2010.
- RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Revista MADE**, v. 10, 2004.
- RAYNAUT, C.; DAMASCENO, A. D. Metodologia do diagnóstico interdisciplinar em Paranaguá: a construção de um quadro de trabalho comum. In: RAYNAUT, C.; LANA, P. C.; ZANONI, M.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO JUNIOR, J. M. (Ed.) **Desenvolvimento e meio ambiente em busca da interdisciplinaridade**: pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002. p. 29-41.
- RAYNAUT, C.; LANA, P. C.; ZANONI, M. FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO JUNIOR, J. M. **Desenvolvimento e meio ambiente em busca da interdisciplinaridade**: pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002.
- SILVA, H. D.; FERREIRA, C. A. **Cultivo do pinus**. Embrapa Floresta-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema de Produção 5. 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinus/CultivodoPinus/apresentacao.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- WAGNER, A. P.; DUCATI, J. R. Estudo de florestas de Pinus no nordeste do estado do RS com imagens do sensor ASTER. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: INPE, 2005. p. 4361-4368. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8002?show=full>> Acesso em: 4 fev. 2010.
- ZANONI, M.; RAYNAUT, C.; LANA, P.; FLORIANI, D. A construção de um curso de pós-graduação interdisciplinar em meio ambiente e desenvolvimento: princípios teóricos e metodológicos. In: RAYNAUT, C.; LANA, P. C.; ZANONI, M.; FLORIANI, D.; FERREIRA, A. D.; ANDRIGUETTO JUNIOR, J. M. **Desenvolvimento e meio ambiente em busca da interdisciplinaridade**: pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002. p. 9-25.

Received on August 22, 2009.

Accepted on November 23, 2009.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.